



AGROECOLOGIA NA COLÔMBIA: conquistas, desafios e perspectivas

■ Paula Álvarez Roa, Erminsu Ivan David Pabón e Pedro Antonio Ojeda Pinta



Intercâmbio pela vida e sustentabilidade,
uma política a favor da conservação da
biodiversidade dos sistemas camponeses
e dos povos indígenas e afro-colombianos.
Município de Ginebra, Valle del Cauca

A

Colômbia não conta com políticas públicas que promovam a agricultura camponesa e a Agroecologia. Essa afirmação se sustenta pela constatação da prioridade que durante décadas o governo nacional tem dado a um modelo de desenvolvimento rural baseado na agroexportação de matérias-primas produzidas segundo os padrões técnicos da Revolução Verde, ou seja, com uso intensivo de recursos naturais e agroquímicos.

Além de representar elevados custos de produção e danos ambientais e à saúde humana, o predomínio desse modelo tem impedido o avanço da produção ecológica. Segundo dados do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural¹, do total da área cultivada no país (7,1 milhões de hectares), o governo federal certificou apenas 43 mil hectares destinados a mercados internacionais, enquanto 80 mil hectares operam sob sistemas participativos de garantia para atender a demanda de mercados locais. Verifica-se, portanto, que a produção ecológica atinge uma escala muito pequena, quando comparamos ao restante das terras, que são ocupadas principalmente pela agricultura empresarial.

Apesar desse quadro geral da realidade colombiana, camponeses, comunidades étnicas e mulheres em várias partes do país vêm conduzindo experiências de produção agroecológica muito importantes e diversas, algumas das quais descreveremos aqui. Em seguida, a partir da experiência no departamento do Valle del Cauca, identificaremos alguns dos impactos desse enfoque sobre a economia e o meio ambiente. Por fim, avaliaremos o déficit de políticas públicas voltadas para a Agroecologia.

ALGUMAS INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS NA COLÔMBIA

Há muitas razões que explicam a existência de práticas agroecológicas no país, entre elas, a consciência da importância e a busca por uma alimentação saudável, por uma opção sustentável para gerar renda, por contribuir para o enfrentamento dos problemas ambientais e por estabelecer parcerias e trabalho em rede. Qualquer que seja a motivação, o fato é que cada vez mais experiências mostram que é possível construir sistemas de produção que priorizam a vida, a solidariedade, a participação, a soberania, o bem-estar e a sustentabilidade, princípios ausentes em outros modelos de produção.

A conservação e a recuperação de sementes crioulas, a prática do escambo, a troca de saberes e a criação de mercados locais são alguns exemplos do exercício da territorialidade e da soberania que os produtores agroecológicos defendem e que a cada dia fortalece a sua identidade e cultura. Infelizmente, nenhum desses fatores é significativo para o modelo rural predominante, muito embora as mudanças climáticas que afetam o planeta estejam ampliando a discussão sobre a necessidade de formas de produção agrícola que consigam garantir a quantidade e a qualidade dos alimentos, a conservação da natureza e a diversificação das espécies e dos recursos genéticos.

Enquanto essas mudanças não chegam, a Agroecologia vem se desenvolvendo no país com base em uma variedade de experiências que, embora muito diferentes entre si, têm como característica comum o interesse na conservação da biodiversidade, na recuperação de solos e de ecossistemas e no aproveitamento eficiente dos recursos dos estabelecimentos agrícolas, fechando o ciclo ecológico na produção.

¹FEDEORGÁNICOS. Panorama general del sector ecológico en Colombia, 2014. Disponível em: <<http://www.asohofrucol.com.co/archivos/biblioteca/1Panorama%20general%20sector%20Agrologico.pdf>>

A Reserva Indígena de San Andrés de Sotavento, no departamento de Córdoba, é uma referência nesse sentido, ao combinar vários subsistemas de produção em suas unidades familiares, como descrito a seguir:

- I) Quintal: espaço de convivência social e de cultivo de ají,² melancia, cebolinha, berinjelas e outras espécies menores;
- II) Horta mista: local dedicado às espécies frutíferas, madeiras, medicinais e para uso na fabricação de artesanato;
- III) Área de consorciação de culturas: local de produção de cultivos anuais, como milho, mandioca, inhame, arroz e gergelim;
- IV) Área de pastagem arborizada;
- V) Área de capoeira e floresta.

As famílias indígenas também têm conseguido resgatar variedades de espécies cultivadas que não eram mais encontradas na região. Atualmente, contam com 27 variedades de milho, 14 de mandioca, 12 de inhame e outras tantas de feijão. Esse aspecto reveste-se de grande importância levando-se em consideração o risco de contaminação genética com cultivos transgênicos, que disseminam-se na região ameaçando a biodiversidade e a biossegurança.

A Associação de Pescadores, Camponeses, Indígenas e Afrodescendentes para o Desenvolvimento Comunitário da Ciénaga Grande do Baixo Sinú (Asprocig), também no departamento de Córdoba, fez progressos em várias frentes: mecanismos de adaptação às mudanças climáticas; construção de agroecossistemas biodiversos, com pelo menos 80 espécies vegetais (agrupadas em hortaliças, frutíferas, medicinais, energéticas e ornamentais); estabelecimento de certificação participativa com 32 critérios de avaliação e implementação de um programa de rede de escolas agroecológicas, mais conhecidas como espirais, em que a cada mês um associado da organização que tem um agroecossistema biodiverso familiar participa.

²Pimenta típica da região andina. (N. da T)



Foto: Paula Alvarez Roa

Variedades de milho crioulo resgatadas em San Andrés de Sotavento, departamento de Córdoba

“ A CONSERVAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS, A PRÁTICA DO ESCAMBO, A TROCA DE SABERES E A CRIAÇÃO DE MERCADOS LOCAIS SÃO ALGUNS EXEMPLOS DO EXERCÍCIO DA TERRITORIALIDADE E DA SOBERANIA QUE OS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DEFENDEM

Há experiências bem-sucedidas mesmo em uma região com baixa fertilidade do solo, como o altiplano colombiano, onde a Pastoral Social Regional Suroriente tem acompanhado o desenvolvimento de hortas circulares em terraços de savana em três municípios do departamento de Meta. A ação da pastoral tem contribuído para o fortalecimento organizacional e produtivo das famílias camponesas, bem como para a expansão das Escolas Rurais de Capacitação Integral e Alternativa, que promovem o intercâmbio de sementes locais próprias e de conhecimentos. As escolas rurais têm ainda a proposta de implantar um sistema agroflorestal com o objetivo de produzir alimentos para a família e para os animais domésticos e, ao mesmo tempo, cuidar da terra.

Outros tipos de experiências envolvendo universidades, associações autônomas regionais e organizações de produtores também têm obtido resultados significativos. No departamento de Risaralda, por exemplo, a Universidade Tecnológica de Pereira (UTP), a Universidade de Santa Rosa de Cabal (Unisarca), a Corporação Autônoma Regional de Risaralda (Carder) e a Corporação Regional Agroecológica (Cora) têm atuado nos processos agroecológicos e de soberania alimentar locais validando os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), que consistem em um mecanismo de certificação da qualidade e da segurança dos alimentos com base na confiança entre produtores e consumidores. Quanto maior a qualidade do ambiente social para avaliar o sistema de manejo ecológico dos agricultores, mais alto é o padrão de qualidade dos produtos.

Por fim, cumpre mencionar a iniciativa de diversas organizações e/ou comunidades que, em diferentes níveis, têm conseguido avançar na construção de práticas de comercialização que aproximam os que produzem dos que consomem, como é o caso da Rede de Mercados Agroecológicos do Valle del Cauca.



Fórum com candidatos a prefeito sobre políticas e propostas para o desenvolvimento do setor rural, município de Ginebra, Valle del Cauca, Colômbia

SERIA DE SE ESPERAR QUE OS GOVERNOS AVANÇASSEM NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GARANTISSEM QUE OS ALIMENTOS DA CESTA BÁSICA FOSSEM PRODUZIDOS SEM O USO DE AGROTÓXICOS E INSUMOS QUÍMICOS

As experiências agroecológicas aqui apresentadas e descritas evidenciam a diversidade e a constância do trabalho que, por sinal, converge com as metas anteriormente traçadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), especialmente no que se refere à erradicação da pobreza extrema e da fome (1º objetivo), à redução da mortalidade infantil (4º) e à garantia da sustentabilidade ambiental (7º). Hoje, há também convergência com as novas metas inscritas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), já que a Agroecologia tem contribuído para erradicar a pobreza e a fome; alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis; adotar medidas urgentes para enfrentar as mudanças climáticas e seus efeitos; e proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, o manejo sustentável das florestas, lutar contra a desertificação, impedir e reverter a degradação das terras e frear a perda da biodiversidade.



Foto: Paula Álvarez Roa

Variedades locais de leguminosas e milho. Casa Comunitária de Sementes Alimentos de Vida da Rede de Mercados Agroecológicos do Valle del Cauca, município de Buga

EXPERIÊNCIAS NO DEPARTAMENTO DO VALLE DEL CAUCA

O vale geográfico do rio Cauca possui terras muito férteis, mas que se esgotaram com a monocultura da cana-de-açúcar, eliminando quase qualquer outra opção de plantio (incluindo a produção agroecológica). A queima da cana, as pulverizações aéreas de agrotóxicos, o consumo intensivo de água e a apropriação de terras levaram os produtores agroecológicos a se deslocar para as partes mais altas e com solos mais pobres, onde também se depararam com dificuldades de transporte e de comercialização. Trata-se, portanto, de praticamente um milagre que essas famílias tenham conseguido produzir, consumir e vender alimentos saudáveis nos 14 mercados que compõem a Rede de Mercados Agroecológicos do Valle del Cauca.

Com a formação dessa rede, os produtores agroecológicos, em sua maioria, puderam priorizar o abastecimento de suas casas e, dessa maneira, depender menos de compras externas. Assim, o esforço das famílias, em conjunto com o de outras pessoas e grupos convencidos da importância desse tipo de produção, tem promovido a sustentabilidade e o fortalecimento dos processos que, apesar dos obstáculos, lhes permitem permanecer na agricultura.

Outro caso interessante é o da Associação de Pequenos Cafeicultores de La Marina (Asopecam), organização camponesa que reúne 32 famílias e que, desde 1993, vem promovendo a produção orgânica e o comércio justo do café. O primeiro passo foi a reconversão produtiva dos estabelecimentos agrícolas (144 hectares) e a implantação de hortas para o autoconsumo das famílias. Num segundo momento, a Asopecam passou a comercializar seus produtos, sendo que 85,5% de sua renda é obtida pela venda do café e 14,5% pela venda de outros produtos de origem vegetal, animal ou beneficiados em seus próprios estabelecimentos.

Os cálculos realizados mostram que cada exploração agroecológica pode obter rendimentos mensais de cerca de US\$370, considerando que o preço do café ecológico é 30% maior que o do café convencional, cujos custos com insumos giram em torno de US\$85. Com dez anos de experiência, a Asopecam passou recentemente a oferecer serviços de assessoria, hospedagem e alimentação, que geram renda adicional para a organização e servem para cobrir os gastos com sua sede e instalações onde o café é armazenado, selecionado, processado, embalado e comercializado.

Além disso, a associação hoje exporta café para países como Alemanha e Estados Unidos e, desde 2010, estabeleceu uma relação comercial com a loja *Café Mulatos*, da cidade de Cali,

que compra 2.000 kg de café por mês e está intermediando negociações com outros clientes no Chile e na Noruega.

Ainda no que diz respeito à esfera econômica, a experiência da Asopecam revela algumas estratégias que devem ser levadas em conta:

- **Compras no atacado:** Ao comprar em grandes quantidades, os associados têm conseguido uma redução real dos custos unitários na aquisição de ferramentas e outros itens;
- **Transporte compartilhado:** Diferentes propriedades agrícolas utilizam o mesmo veículo, o que leva a uma diminuição considerável no valor unitário do transporte;
- **Mutirões:** Por meio do trabalho coletivo, assegurado pela presença de forte sentido de solidariedade e de identidade coletiva, os associados reduzem os gastos com mão de obra externa;
- **Intercâmbios:** As trocas de sementes e de saberes e o escambo não geram custos e enriquecem os sistemas produtivos das famílias associadas;
- **Autoconsumo:** Os quintais garantem a segurança alimentar das famílias, que deixam de depender completamente de compras externas para satisfazer suas necessidades alimentares. Além de economizar dinheiro, as famílias têm acesso a alimentos saudáveis, tanto de origem vegetal quanto animal.

Todos esses aspectos, somados ao trabalho familiar e considerando indicadores de bem-estar e sustentabilidade, representam *benefícios ocultos* para os produtores que podem se traduzir em um ou dois salários mínimos por mês (o que atualmente equivale em média entre US\$300 e US\$600).

O quadro muda completamente quando os agricultores não acionam esses mecanismos e decidem, por exemplo, arrendar suas propriedades para os engenhos de açúcar. O Valle del Cauca concentra a maior parte da produção de cana-de-açúcar do país. Segundo dados recentes, o arrendamento de uma propriedade camponesa situada no município de Tuluá para o plantio de cana custa entre US\$50 e US\$93 por mês por *plaza*.³ Esse valor não é fixo, já que depende do acesso a fontes de água próximas para irrigação do cultivo e do transporte da propriedade ao engenho (quanto maior a distância menor o valor mensal do arrendamento).

Se as famílias que integram a Asopecam optassem por arrendar suas propriedades (que têm em média 4,5 hectares ou

³Unidade de medida de área equivalente a 6.400 m², ou seja, 0,64 hectares.

aproximadamente sete *plazas*), receberiam entre US\$350 e US\$651 por mês. Entretanto, é importante considerar que o valor do arrendamento exclui a possibilidade de viver nas terras, de cultivar os alimentos básicos (como milho e feijão), de criar gado e de disfrutar de outras vantagens que a garantia da propriedade e a diversidade produtiva proporcionam. Nesse caso, as famílias poderiam receber, no máximo, US\$651, e os *benefícios ocultos* descritos anteriormente seriam perdidos.

Ao descrever esse cenário, podemos constatar que a prática da Agroecologia na Colômbia gera *recompensas* não só para a vida social, cultural, ambiental e política, mas também econômica, apesar do atual modelo de desenvolvimento rural, que, por outro lado, concede aos grandes produtores as melhores terras e todo tipo de incentivo, como distritos de irrigação, obras de infraestrutura, serviços públicos, subsídios, créditos e outros benefícios.

DÉFICIT DE POLÍTICAS PÚBLICAS FAVORÁVEIS À AGROECOLOGIA

Entre os desafios e perspectivas, está a necessidade de dimensionar o aspecto econômico da Agroecologia, que não tem sido suficientemente avaliado, mas que é considerado um fator definitivo quando se fala de sustentabilidade e rentabilidade agrícola.

Seria de se esperar que os governos avançassem na criação de políticas públicas que garantissem que os alimentos da cesta básica fossem produzidos sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos para, assim, melhorar a saúde da população. Afinal, como sabemos, a ingestão de alimentos contaminados com agrotóxicos causa uma interminável lista de problemas de saúde. Essas decisões teriam que ser precedidas pelo fortalecimento da legislação em matéria de acesso à terra por parte dos agricultores e das populações rurais pobres, cuja maioria defende e promove a Agroecologia como um sistema de produção sustentável no manejo da terra e do meio ambiente, preservando o material genético e a biodiversidade.

A importância do acesso à terra é cada vez mais evidente, já que a consolidação da Agroecologia radica na autonomia, na diversidade, na recuperação e no diálogo de saberes, assim como no controle sobre as sementes, a saúde e a qualidade alimentar. É uma mostra clara da defesa dos territórios como espaços de vida para a população rural, que pratica alternativas sustentáveis por meio do manejo e da gestão eficientes dos recursos naturais e, sobretudo, gerando produtos aptos

para o consumo humano. Assim, o Estado deve proporcionar as condições para democratizar a produção agroecológica e permitir que a sociedade como um todo tenha o direito a uma boa alimentação, com alimentos de qualidade e em quantidade para trazer benefícios à saúde. É hora de superar padrões como os da agricultura convencional, que tem nos forçado a consumir produtos transgênicos e com altos níveis de agrotóxicos, em prejuízo da vida.

Apesar das evidências de sucesso das experiências de Agroecologia no país, verifica-se que o caminho tomado pelo governo colombiano, por meio da Resolução 544 de 1995 e subsequentes do Ministério da Agricultura voltadas para os mercados verdes e a certificação, tem como ênfase a produção para exportação. Portanto, não se pauta pelos objetivos de construir a soberania alimentar e de incentivar práticas de produção ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Por sua vez, o Instituto Colombiano Agropecuario (ICA), por meio de diversos expedientes,⁴ como a Resolução 3.492 de 1998, vem estabelecendo os procedimentos para introduzir, produzir, liberar e comercializar Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) a ponto de fazer com que a Colômbia, dentre os países da região andina, ocupe o primeiro lugar na produção de culturas OGMs, fato verificado em quase metade dos departamentos do país.⁵ Além disso, a visão reducionista e o enfoque assistencialista da Política de Segurança Alimentar e Nutricional direcionam os esforços para que a população não passe fome, sem se preocupar com a origem e a qualidade dos alimentos ou com a sustentabilidade dos sistemas de produção.

A pergunta que fica então é: o que aconteceria se houvesse uma mudança nas políticas públicas de maneira a favorecer a Agroecologia? Certamente, a resposta seria que acabaríamos com a dependência de insumos químicos, produziríamos alimentos em maior quantidade e de melhor qualidade e, sem dúvida, teríamos sistemas de produção técnica e economicamente mais eficientes.

Dentre as medidas necessárias para orientar essa mudança no enfoque das políticas públicas, destacamos aqui algumas prioritárias:

⁴O Acordo 002 de 2002, a Resolução 2.932 de 2001, o Acordo 004 de 2002, a Resolução 1.063 de 2005 e o Decreto 4.525 de 2005.

⁵Fonte: En alza adopción de productos genéticamente modificados en el país. Disponible em: <<http://www.elspectador.com/noticias/nacional/alza-adopcion-de-productos-geneticamente-modificados-el-articulo-325326>>.



Sistemas agroecológicos de hortas circulares, município de Puerto Concordia, departamento del Meta



Plantio de hortas circulares, município de Puerto Concordia, departamento del Meta



Propriedade camponesa de produção agroecológica em clima frio. Município de Marinilla, departamento de Antioquia

- Facilitar e fortalecer espaços de convergência e diálogo entre os diferentes setores rurais (camponeses, indígenas, afrodescendentes) para promover sistemas produtivos alternativos;
- Envolver as instituições de ensino por meio de cátedras em Agroecologia de forma a incorporar esse enfoque nos currículos;
- Oferecer suporte aos camponeses e produtores agroecológicos para impulsionar seus mercados, onde possam divulgar e comercializar seus produtos de forma direta;
- Apoiar a criação de unidades experimentais que se convertam em espaços de formação e pesquisa em Agroecologia, permitindo que associações ou cooperativas fortaleçam sua capacidade produtiva e de comercialização frente aos grandes grupos econômicos que especulam com os preços.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Na Colômbia, é necessário que as autoridades à frente do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural promovam uma política diferenciada para a Agroecologia, oferecendo incentivos e garantias para aqueles que produzem e permitindo que o enfoque agroecológico seja incorporado aos instrumentos de planejamento e ordenamento produtivo territorial, regional e local, não com uma visão de competitividade e/ou o crescimento econômico, mas tendo como perspectiva a qualidade e a soberania alimentar, o que também permitiria aos camponeses garantir renda suficiente para suas famílias.

PAULA ÁLVAREZ ROA

cientista política
paulaalvarez19@yahoo.com

ERMINSU IVAN DAVID PABÓN

engenheiro agrônomo, IMCA
ermincho@yahoo.es

PEDRO ANTONIO OJEDA PINTA

engenheiro agroflorestal, IMCA
pedroojeda136@hotmail.com